



O cidadão que cheirava a rei

Perfis mostram Pedro II interessado mais na essência do que na aparência do poder

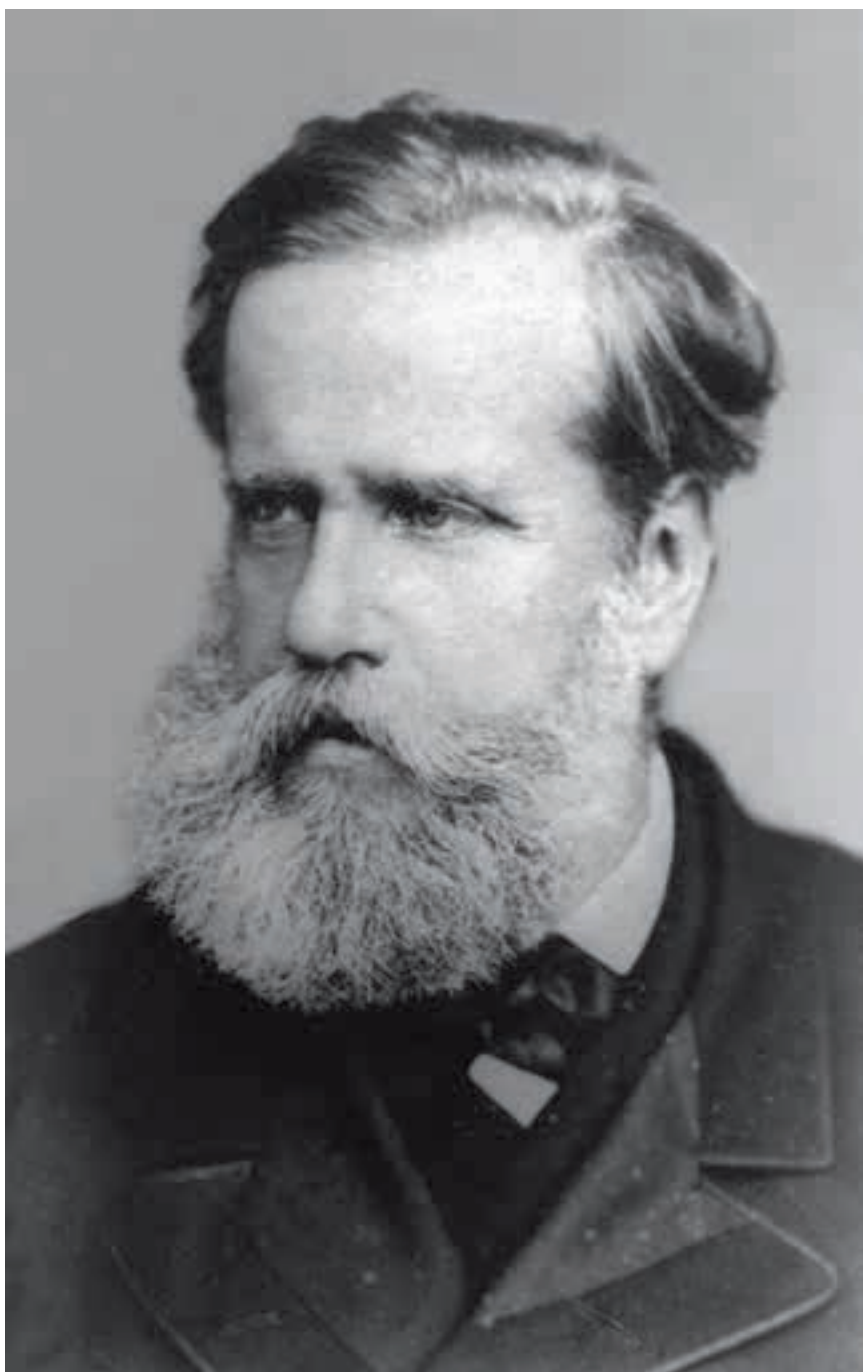
Quando um figurão da República afirmou que seu partido queria ficar 20 anos no poder (frase, aliás, repetida por outro figurão, hoje no poder), o Brasil arrepiou-se. Realmente, duas décadas de mando é demais. O Brasil, porém, já teve um governante que se manteve à frente do Estado por 49 anos, 3 meses e 22 dias. “Pela longevidade do governo e pelas transformações efetuadas em seu transcurso, nenhum outro chefe de Estado marcou mais profundamente a história do país”, afirma o historiador José Murilo de Carvalho, que acaba de lançar um perfil de dom Pedro II (1825-1891). A sua capacidade de se manter no cargo é, infelizmente, proporcional à ignorância, acadêmica e popular, que se tem sobre o seu reinado. Há alguns anos, quando ambos adornavam cédulas de dinheiro, era comum (ainda é), em face das barbas brancas do filho, quem visse em Pedro II o pai de Pedro I.

“No Brasil do século XXI, Pedro II está em toda parte e em parte alguma. Para a maioria, ele não foi um ser real, um governante cujas ações, para o bem ou para o mal, forjaram a nação moderna brasileira. Suas realizações e suas limitações foram totalmente esquecidas”, observa o brasilianista Roderick Barman, da Universidade de Columbia, autor de outro perfil do monarca, *Citizen emperor* (a ser traduzido, em 2008, pela Unesp), e que acaba de terminar *Brazil: the Burdens of Nationhood, 1852-1910*, estudo sobre o peso do Segundo Reinado na consolidação nacional. “A monarquia garantiu a unidade do país, que periclitou durante a Regência, quando governos rebeldes declararam a independência de três províncias. Ela foi uma escola de práticas políticas civilizadas, sobretudo se a compararmos com as repúblicas vizinhas. Mas foi muito lenta na introdução de políticas sociais, como a abolição da escravidão e da educação popular, e foi emperrada em algumas reformas políti-

cas, como a descentralização política e a expansão do voto”, explica Carvalho. Quem foi seu idealizador?

Nem “Pedro Banana”, epíteto criado pelos republicanos, nem o monarca iluminado, o bom velhinho, imagem cultivada por monarquistas de ontem e de hoje. Apesar disso, deixou marcas profundas. “Os sucessos de Pedro II, a criação de uma cultura política e de um ideal de cidadania, não apenas sobreviveram à sua queda, em 1889, como se mantiveram como normas e diretivas da vida pública nos regimes seguintes (a República Velha, a Era Vargas e a República Liberal). Mesmo o regime militar, de 1964, foi profundamente influenciado pela sua visão do Brasil como nação-Estado. Apenas nos anos 1980 é que isso foi deixado de lado”, diz Barman. Pedro II reinou, governou, administrou e mandou por cinco décadas. “Por conseqüência, sem a elite compreendendo/apreciando o que ele fazia, moldava pela prática diária e pelo exemplo as expectativas da elite e do povo sobre a conduta do chefe de Estado, o estilo do processo político brasileiro. Mesmo após a televisão, essas expectativas perduram. Quem duvida disso compare a aparência e o programa do Lula candidato em 1992 e o novo, de 2002 e 2006. O jovem radical transformou-se fac-símile do segundo imperador.”

Estrangeiro - Barman nota uma incômoda insistência brasileira, com Pedro II e outros “monarcas” republicanos, de ressaltar que “ele não parece brasileiro, parece estrangeiro”, ou, como nota Carvalho, no caso do imperador, “um Habsburgo perdido nos trópicos, louro, olhos azuis, num país de pequena elite branca cercada por um mar de negros e mestiços”. “É quase como um não querer/poder aceitar que se pode ser um bom chefe de governo e ao mesmo tempo um típico brasileiro.” Assim, a admiração algo tupiniquim pela cultura do monarca, que parecia saber tudo. “Já sei, já sei! Sabe tudo o sábio por excelência. Sabe mais do que a ciência e mais do que a lei. O Padre Eterno, invejoso de uma tal ciência infusa, Lhe disse, a juízo de escusa: ‘Dom Pedro, me sucedei! Eu vos entrego o universo!’ Mas o sábio, firme, respondeu-lhe com desprezo: ‘Já sei, já sei!’”, dizia um poema da época sobre como Pedro II reagia quando lhe tentavam informar algo.



FOTOS DIVULGAÇÃO

Um Habsburgo perdido nos trópicos. “É quase como um não querer/poder aceitar que se pode ser um bom chefe de governo e ao mesmo tempo um típico brasileiro”



Rara imagem do monarca paramentado. “O que ele desejava era a essência, e não as aparências do poder. Acima de tudo, ele queria ter o controle”

Engana-se quem vê no imperador, quase sem pompas e que usava casaca, um homem desligado do poder. “O que ele desejava era a essência, e não as aparências do poder. Acima de tudo, ele queria ter o controle. O trauma de sua juventude (órfão de mãe com 1 ano, de pai aos 9, imperador aos 14 anos) atribulada deixou nele o pavor de ser tutelado”, nota Barman. “Perder o controle, para ele, significava ser manipulado. A intensidade do desejo de Pedro II por controlar tudo e todos foi mascarada por um afastamento das luzes da ribalta, pela autodisciplina. Assim, era fácil subestimar o homem, a amplitude de sua autoridade. Ele sempre igualou o regime e o país à sua pessoa.” Carvalho nota, porém, que dom Pedro não tinha apetite pela política como jogo de poder. “Não calculava custos e benefícios políticos de suas ações e não planejava o futuro de seu reinado. Não o elogio como governante, mas como um homem de grande espírito público. Ele não odiava o poder, exercia-o de forma ciumentosa, mas cumprindo uma obrigação de sua posição de imperador.”

Cidadão - Segundo Barman, o controle absoluto dos assuntos de Estado foi usado para “conservar e aperfeiçoar a sociedade”, não para refazê-la. Pedro II tinha notável capacidade de deixar os problemas se resolverem por si, no que o ajudava o Poder Moderador. “Preocupava-se menos em promover ações que almejava do que impedir que outros conseguissem implementar políticas que não desejava.” Se o imperador gabava-se de sua condição de cidadão, este nunca deixou de ser imperador. “Pedro II nunca se perguntou se os brasileiros queriam que ele fosse o ‘primeiro cidadão’, tampouco se eles desejavam o tipo de progresso e civilização, à francesa, que ele queria para a SUA nação”, nota o americano. Nas palavras de um contemporâneo, “apesar da simpatia, há nele um odor de rei, que acredita ser superior aos outros”. Assim, seus “assessores” não eram pessoas, mas livros, em especial as monografias francesas. “Foi respeitado por quase todos, mas não foi amado por quase ninguém”, nota Carvalho.

Perdeu a grande chance de libertar os escravos antes de 1888, pelas mãos da filha, vista, então, pela elite e pelo povo como a “beata”, a casada com “o francês”,

uma inábil para sucedê-lo. Desde os anos 1850, o mercado escravista declinava e a elite brasileira percebia que a escravidão tinha dias contados. “Pedro II compar-tilhava essa visão e, como bom civiliza-do, não aprovava o cativo. Mas uma coisa era o imperador deixar escapar suas visões sobre o futuro da escrava-tura para o seu gabinete e, outra, me-xer com os políticos para que tomassem uma atitude. Ele gostava de se imagi-nar incapacitado para iniciar a mudan-ça”, diz Barman. Com o fim da Guerra da Secessão americana, o Brasil seria o único país do hemisfério ocidental com escravos. Isso não condizia com seu su-cesso de monarca esclarecido junto aos contemporâneos europeus. “Mas quem estuda a batalha pelo Ventre Livre não pode dizer que sua postura era apenas intelectual. Ele pagou um alto preço por isso. Quando reduziu seu impulso abo-licionista, o dano para a dinastia estava feito”, ressalva José Murilo.

A condução da Guerra do Paraguai, outra questão polêmica, igualmente le-va a marca do monarca “que se achava o Brasil”. “Na guerra, o Brasil lutou con-tra o inimigo errado e isso sem dúvida graças à megalomania de López. As jus-tificativas do imperador para continuar a luta até a expulsão de López sempre fo-ram a letra do Tratado da Tríplice Alian-ça e a defesa da honra do Brasil, mas não me parece que sejam suficientes. Sua in-sistência em não negociar ainda perman-ence um enigma”, observa Murilo. “Ele viu a agressão ao Brasil como uma afronta pessoal. ‘Fala-se de paz no Rio da Prata, mas EU não faço paz com López’, escreveu Pedro II para sua aman-te, a condessa de Barral. A insistência do imperador em exterminar López foi desmedida”, concorda Barman. Por fim, a República.

O republicanismo nasceu cedo por aqui, nos anos 1830, visto, porém, com desdém pela elite e com indiferença be-nevolente pelo imperador e, nota o bra-silianista, dada a inabilidade do movi-mento se estabelecer após 1870, essa ati-tude não era de todo errada. A nova ge-ração é que foi sua ruína: tendo como um dado a união do Brasil e seu *status* consolidado de nação-Estado, não recea-vam mais o colapso da ordem política. No entanto, até os anos finais do regime, a frase “O imperador meu augusto amo” era utilizada normalmente pelos brasi-

leiros. “Em Pedro II as elites acharam al-guém que suprimiu o fanatismo das massas, um monarca hábil que reuniu li-berdade e ordem, paz interna e desenvol-vimento do país (desde que sob sua es-treita supervisão e sem excessos). Ele se tornou então uma parte natural da exis-tência dos brasileiros.” Essa “casa em or-dem” deu aos republicanos calma para crescer. “Dada a falta de um sucessor crí-vel (Pedro II não via Isabel como tal), pela doença de que padecia o monarca, tudo parecia garantir uma transição para a República. O Brasil poderia, assim, ter suprimido de sua história o terrível mi-litarismo iniciado em 1889”, nota Bar-man. “Mas suas realizações iniciais e sua recusa em ceder um pouco aos políticos, abrir o sistema, bem como sua negligên-cia com os interesses do Exército, o leva-ram ao destronamento patético.” A ima-gem do grupo de nobres levados às pres-as para o exílio pegou mais no imaginá-rio nacional do que o poder exercido por meio século.

Pedro II, que intelectualmente ten-dia à República, era, porém, um auto-centrado, confiante de que o mundo gi-rava a seu redor. Embora percebesse a di-reção a que o Brasil se dirigia, insistiu em

manter o estado das coisas, o eterno en-gano dos monarcas desde que os ingle-ses cortaram o pescoço de seu rei no sé-culo XVII. O ponto fraco do Império foi justamente essa confiança na centraliza-ção exacerbada, o desejo de controlar pessoalmente tudo. “A vida do Império só foi prolongada com a campanha abo-licionista, que desviou a atenção para a fragilidade paradoxal de um regime tão consolidado.” Com o fim da monarquia, o Brasil amargou anos de ditadura mili-tar, incluindo-se Canudos, ações de “um regime sem raízes seguras e quase sem legitimidade”, nota Barman, para quem o Brasil de hoje não tem suas origens em 1889, mas na primeira década do século XX. Foi Vargas, responsável pela derru-bada do regime que derrubou o impera-dor, que trouxe Pedro II de volta à voga e seus restos mortais ao Brasil. “Para a maioria dos brasileiros há a crença de que seus antepassados foram inatamen-te republicanos e a monarquia foi uma imposição externa.” Estranha alienação da importância, boa ou má, de alguém que, seja como rei ou como “cidadão”, mandou no país por 50 anos. ■

CARLOS HAAG

